Presidente teme pelo seu mandato

José Negreiros

Brasília — O parágrafo 7 do artigo 57 do regimento da Constituinte é uma arma poderosíssima, que garante a soberania da Assembléia, ou seja, poderes absolutos sobre os demais poderes. Trata-se de seis linhas e meia que criam o "Projeto de Decisão" e decretam que a "Comissão de Sistematização" será o **xerife** da Constituinte. Do ponto de vista de seus opositores, contudo, esse esquema só funciona a favor do PMDB, e, segundo constituintes do próprio partido, a favor apenas da esquerda do PMDB.

O "Projeto de Decisão" é qualquer iniciativa que a Constituinte resolva tomar sobre qualquer assunto. Por exemplo: a alteração da atual Constituição para reduzir o mandato do presidente José Sarney, possibilidade que ele deseja evitar a qualquer custo, enquanto o PMDB gostaria de ter tal recurso ao alcance da mão.

Já a "Comissão de Sistematização" será o órgão mais importante da Constituinte, composta por 89 parlamentares quando estiver funcionando a plena carga, com a incumbência de fazer o crivo das propostas de redação da nova Carta, inclusive com poder de veto na prática. Como o PMDB é maioria na Assembléia, ela será dominada pelos constituintes desse partido.

O grande temor do governo é que se essa arma for colocada nas mãos do PMDB o partido poderá apontá-la contra o mandato do presidente. De acordo com o regimento, isso funcionaria da seguinte maneira: bastaria conseguir o apoio de um terço da Constituinte (187 parlamentares), para que o projeto de decisão seja redigido e entregue à comissão.

Desconfianças

Se ela concordar com a proposta, basta conseguir, então, maioria absoluta, ou seja, 280 votos para aprovar um **impeachment** branco de Sarney. Como o PMDB dispõe de 304 constituintes, mesmo que alguns discordem, seria fácil obter apoio junto aos partidos de oposição para completar o número regimental.

Sem o parágrafo 7, as exigências para tirar o presidente do Planalto antes do prazo de seis anos determinado pela atual Constituição são muito maiores: dois terços dos 559 constituintes, ou seja, 374 votos, uma meta bem mais distante para os adversários de Sarney. É por isso que ele bombardeia tanto e usa todos os recursos possíveis contra essa idéia do senador Fernando Henrique Cardoso, relator da proposta de regimento.

Se o Planalto desconfia do parágrafo 7 do artigo 57, os conservadores estão de pé atrás em virtude de outros avanços sugeridos pelo senador. Os principais são: após a redação, a nova Constituição será submetida a um plebiscito; com 30 mil assinaturas, a população poderá participar diretamente de sua formulação através de apresentação de emendas; 35 parlamentares e não 94, como originalmente se imaginou, poderão recorrer das decisões da Mesa.

Avanços

Para os progressistas, isso significa apenas que foram conquistados pré-requisitos muito importantes para estabelecer um processo moderno e democrático de formulação da nova Constituição. "O regimento traz muitas novidades, conquista muitos avanços e respeita o direito das maiorias", prega o líder do PMDB na Câmara, Luís Henrique. Já os conservadores atacam o regimento como um golpe preparado pelo partido que lhe permite fazer a Constituição que lhe interessar, e cujo primeiro passo concreto seria entronizar o deputado Ulysses Guimarães no papel de primeiro-ministro de fato, pois ele manda no PMDB e este na Constituinte.